

DESCENTRALIZAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA A REDEFINIÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO¹

Gleiciane Sousa de Araújo*

Acadêmica de Pedagogia
Universidade Estadual do Maranhão
gleiciane.sousa009@hotmail.com

Lucicleide Dos Santos Silva*†

Acadêmica de Pedagogia
Universidade Estadual do Maranhão
Cleide-ma@hotmail.com

Christiano Roberto Lima de Aguiar***

Universidade Estadual do Maranhão
christianoaguiar39@gmail.com

Prof. Mestre
Orientador

RESUMO

O presente artigo de revisão, faz uma análise investigativa da proposta: descentralização e desconcentração como estratégia para a redefinição do espaço público, por meio destas medidas implantadas e implementadas no sistema educacional no ano de 1990 que o neoliberalismo, desenvolveu para atender as exigências da sociedade insatisfeita com as então políticas existentes da época. Para melhor compreensão, fizemos uma breve exposição do contexto que se encontrava a sociedade pois, entendemos que a educação reflete a sociedade e sua forma de ser. Partimos de uma análise sobre os resultados dessas estratégias educacionais que tinha como objetivo no texto discutir a descentralização e compartilhamento das decisões, mas contudo percebemos que na realidade, na prática não salientava a democracia. O método utilizado será inicialmente o da pesquisa bibliográfica, com enfoque fenomenológico, abordagem qualitativa descritiva e método dedutivo, de onde partiremos da revisão textual para a produção do presente artigo.

Palavra-chave: Descentralização. Educação. Democracia. Neoliberalismo.

SUMMARY

This review article makes an investigative analysis of the proposal: decentralization and deconcentration as a strategy for the redefinition of public space, were with these measures deployed and implemented in the educational system in the year 1990 that neoliberalism, developed to meet the demands of society dissatisfied with the existing policies of the time. For better understanding, made a brief statement of the context that was because society, we understand that education reflects society and its way of doing an analysis on Started. the results of these educational strategies aimed at text discuss decentralization and sharing of decisions, yet we realize that actually, in practice not stressed the democracy. The methods worked, are the bibliographical research and phenomenological approach, qualitative descriptive approach deductive method, where part of the textual review for this article.

INTRODUÇÃO

[†]Artigo apresentado na Universidade Estadual do Maranhão para obtenção parcial de nota.¹

[†]

O cenário, na década 1980 caracterizava-se pela busca da democracia, com o fim do regime militar, aumentavam-se as expectativas para a cidadania, participação e autonomia, desenvolviam estratégias de descentralizar o poder nas mãos de poucos. Nesta perspectiva diversos movimentos sociais se realizavam, formavam-se vários grupos de reivindicações, com isso, seria necessário que se reestruturasse a sociedade civil, pois ela, não aceitava mais o centralismo, autoritarismo que se operava. No campo educacional exigia medidas que se afastasse dessa prática e se promovesse uma forma participativa, autônoma dos que compunham a escola e toda comunidade afim de direcionar e decidir as questões no âmbito escolar como demonstra (PNE 2001).

A ideia então, de descentralizar foi estratégia neoliberal, alegando que a sociedade teria maior participação nas decisões, mais autonomia, liberdade de sugerir medidas, e contribuir para uma educação de qualidade. No entanto, seria mais uma forma dos grupos dominantes se autodefender, visto, que a política neoliberal estimula a livre iniciativa e determina estado mínimo. Essa, proposta ganhou força no governo de Fernando Henrique Cardoso, que criou em 1995, o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) para a elaboração do Plano do Diretor o qual tinha como objetivo, ampliar as formas de decisão e distribuir o poder. No que tange a essa questão, observa-se um movimento dos que estão no poder, como de costume, para as então formas de silenciar as reivindicações da sociedade não mais dispostas a aceitar os descaminhos que é levada a democracia, é diante desse contexto que os governantes analisam como iram agir, que mecanismos usar, para continuar com seus privilégios em detrimento de um país melhor.

VIRIATO (2009, p.49). Quando se observa o significado de “descentralizar”, nota-se que existe ambiguidade de sentido com o termo “desconcentração,” demonstrando assim, a consequente incoerência na execução da medida de compartilhamento de decisões assim, os poderes Municipal, Estadual e Federal dividem responsabilidades e se omite de um o que é responsabilidade de outro órgão, nesse caso, o poder Federal atua como planejador, regulamentador e coordenador de políticas educacionais, dessa forma este órgão, não participa da execução de medidas que contribuam ao desenvolvimento da educação comprometendo os resultados escolares, delegando aos outros órgãos e a sociedade civil a colaboração das funções de práticas.

Portanto o artigo em questão, demonstra análise criteriosa das estratégias políticas que se operou em função de um dado momento histórico característica do fim do regime militar sob alegação de descentralizar pelo governo do período Fernando Henrique Cardoso, para isso, as políticas neoliberal de foco capitalista articularam políticas para o crescimento econômico, lucro ao mercado e é nessa perspectiva que privatizaram os serviços sociais transformando em não estatais e

implementaram a reforma do Estado para descentralizar o poder. Nisso, conseguiram manipular a sociedade, isso contribuiu para comercialização dos serviços sociais, ao longo do texto discutiremos essa questão mais profundamente.

DESCENTRALIZAR O PODER DO ESTADO

Com as crescentes insatisfações populares, consequente da divisão de classes, e a propalada internacional de descentralizar, os neoliberalistas, articularam estratégias para manterem a ordem e que para desenvolvimento da sociedade seguissem os seus ideias. Um de seus argumentos era a de que, descentralizando haveria grande contribuição da sociedade em melhorar as organizações públicas, com isso, a população se iludiria sob uma falsa democracia, que na realidade essa estratégia conduziria ao fracasso aos setores como é o fato, a educação atual. Um documento foi criado para a sustentação dessa medida no Governo de Fernando Henrique Cardoso cujas diretrizes encontram-se no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (MARE), elaborado em 1995. Em síntese:

[...] resgatar sua autonomia financeira e sua capacidade de implementar políticas públicas (BRASIL, 1995, p. 11). O Estado reduziria “[...] seu papel de executor ou prestador direto de serviços, mantendo-se, entretanto, no papel de regulador e provedor ou promotor destes, principalmente, dos serviços sociais, como a educação e a saúde (BRASIL, 1995, p. 13).

Nisso o estado, passa a descentralizar as suas funções, porém mantém centralizado o poder, pois isso, contribui para não permitir que as estruturas sociais se desenvolva, mantendo os privilégios indivisíveis, ficando então com as questões de regulamentação e de decisão máxima, cabendo então a sociedade civil estabelecer e garantir a execução de funções de prática concernentes aos órgãos que se enfatiza ser de todos como setor escolar. Portanto, os cidadãos passam a ser clientes desses setores.

Com as contribuições de Noma e Lara:

O referencial do plano diretor é a “[...] administração pública gerencial [que] concebe o cidadão como contribuinte de impostos e como cliente de seus serviços” (BRASIL, 1995, p. 17). Os parâmetros da “ordem gerencial” seriam os mais adequados para a transformação e constituição de um Estado moderno e eficiente. As medidas administrativas previstas no plano de reforma perfizeram um quadro de significativas mudanças, promovendo-se, para tanto, estratégias guiadas pela autonomia, competitividade e concorrência, sem perder de vista a condição principal de redução de custos. Aliada a tal processo, enfatizou-se, para setores específicos, a administração descentralizada, que congregaria, com base nos quesitos de autonomia financeira e administrativa, as principais bases para a sua atuação. (2007, p 04).

Se o principal, objetivo é desenvolver a economia, buscando para isso, diminuir os investimentos nos espaços públicos necessários para diminuir as desigualdades, isso é tornar centralizado as riquezas, segregando sempre, o poder, os privilégios e as funções. Nisso, as mazelas sociais refletem o resultados da proposta de administração gerencial.

4 PARA UMA EDUCAÇÃO MAIS DEMOCRÁTICA

É notório que um Estado democrático, é aquele que, desenvolve políticas públicas que contemple a toda esfera social, possibilite o desenvolvimento de seus cidadãos, precisa ter uma economia competitiva para que possa competir com outros países e ter uma economia reconhecida mundialmente de modo que promova a autonomia da sua nação. Diante disso, observamos que um país é, economicamente, considerado desenvolvido quando ele, conseguiu inserir todos no mesmo contexto social.

SABER (1999), explica o que pensar de um Estado que seja democrático é configura-lo como expressão das relações de poder no conjunto da sociedade. Para o autor, são três os objetivos centrais de um Estado democrático: o primeiro é que devem ser estendido e garantidos os direitos básicos de cidadania: o segundo diz respeito à regulação, em escala mundial, do processo de socialização do poder, numa perspectiva da construção de um poder internacional democrático, ou seja “um Estado democrático é aquele que trabalha a socialização da política e do poder, como formas gerais da emancipação humana.

Analisando o processo de descentralização e desconcentração que o governo implantou ao longo dos anos, este funciona dentro de uma visão neoliberal, pois quando o estado se exime de suas obrigações com a educação, abre-se espaço para instituições privadas comercializarem o ensino que não está adequado na rede pública. Desse modo, a educação privada comercializa, passa a ser vista como “boa”, e o serviço público fica sucateado e visto como ineficaz.

CONCLUSÃO

Portanto, com todas essas evidências características da proposta de descentralização, referente ao plano do diretor no período do governo de Fernando Henrique Cardoso, fica claro, que essas medidas resultou em fracasso escolar, permitindo a desigualdade entre as escolas, a diferença entre a escola pra ricos e pra pobres, somado ao não desenvolvimento educacional. Diante disso, percebe-se que o governo com suas políticas desenvolvidas para benefício dos grupos dominantes, executa ações para manipular a sociedade que necessita de seus serviços, antes porém de criar propostas de desenvolvimento aos setores públicos analisam as estratégias a serem postas, para evitar que haja desestruturas aos seus interesses.

Por isso, as leis criadas como em questão a que se refere a de descentralizar o poder do estado, foram formuladas mas, como forma de fingir uma falsa democracia para a sociedade que reivindicava por modificações em setores públicos como o campo educacional, nota se que a política neoliberal de cunho capitalista e para o desenvolvimento desta, se preocupou logo de se exonerar de custos financeiros, direcionando essa responsabilidade ao município e a sociedade, enquanto isso, os cidadãos pagam seus impostos que deveriam estar sendo aplicados na qualidade dos serviços públicos mas que porém, encontram outros destinos, novamente camuflados, mais para seus interesses.

Dessa forma, o governo não desenvolve políticas públicas que promova a cidadania e direitos básicos não sendo, deixado de ser garantidos pelo Estado, criando um sistema que a sociedade civil se torna responsável por tais políticas. Diante desse, contexto percebemos que, um, governo que tem políticas públicas descentralizada e desconcentrada não tem como garantir direitos básicos a sua população, como saúde e educação, e sim conduz a desigualdade, pelo simples motivo de uns ter acesso, a uma saúde e educação de qualidade e outros não.

Para democratizar, é necessário outro caminho, para setores públicos requer estratégias socialistas, fica evidente que basear se por políticas que o alvo é o acúmulo de riquezas, não conduz ao processo desenvolvimentista educacional, por isso o socialismo, para essas medidas se torna muito relevante. Pois, a base essencial inicia se na oferta de serviços de qualidade, promovendo a igualdade, a universalidade, fatores que levam ao humanismo. Nesse sentido, e com o envolvimento da sociedade civil e políticos nos setores de economia, ações pedagógicas, fiscalização e participação na criação de políticas educacionais é que o processo de democratizar estará nos rumos certos.

REFERÊNCIAS

SIDOU, Adriana Mota de Oliveira. **Gestão escolar Democrática e crise estrutural do capital: para além das propostas de cidadania e participação.** 2014. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Estadual do Ceara, Fortaleza, 2014.

NOMA, Amélia Kimiko; LARA, Ângela Mara de Barros. **Modelo de gestão educacional no Brasil nos anos 1990.**

GENTILI, PABLO. (org) |2009 ***Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação.*** 16.ed. Petrópolis, RJ: Vozes,2009.